

Administrar é prever cenários, planejar, dirigir, controlar, fazer a gestão de projetos, processos, recursos humanos, materiais, financeira, riscos entre outras. É uma tarefa complexa que deve ser realizada por um Administrador! É papel daquele com formação especializada, com olhar analítico e estratégico, com o objetivo de ter melhoria contínua e trazer o máximo de eficiência, eficácia e efetividade em suas ações.

Na atual conjuntura mundial, em que uma pandemia vitimou toda a humanidade, ficou ainda mais evidente a importância e necessidade de bons gestores por parte do Estado. No Brasil, com uma população de 211,8 milhões de habitantes (segundo levantamento realizado no ano de 2020), não há como ser diferente. A Administração Pública é dependente de bons Administradores para o seu pleno desenvolvimento, em todas as áreas e funções que lhes cabem. Fato esse que não tem acontecido em nosso país.

A Assistência Social, desprezada por muitos, provou, com a pandemia de Covid-19, seu real valor na sociedade, e precisou lutar para ser reconhecida como um serviço essencial. Antes da pandemia, milhares de famílias já sofriam no DF com a falta de atendimento, recursos e assistência, de fato. A Covid-19 só chegou para agravar, ainda mais, um quadro que, por si só, pela defasagem de profissionais e falta de reconhecimento, já era crítico.

A atuação dos Especialistas em Administração apesar de estar englobada em uma área meio que muitas vezes não é vista pelos usuários finais possui grande importância, pois com ela é possível manejar de uma forma mais assertiva os recursos que são disponibilizados e consequentemente os profissionais que atuam na linha de frente como os Agentes sociais terão melhores condições de ofertar um serviço de qualidade. Chega a ser quase irônico que no ano de 2020 sobraram 25 milhões no orçamento das Secretarias de Desenvolvimento Social, ano este que foi difícil, atípico pela pandemia, que exigiu muito da assistência social (tornando vários servidores sobrecarregados), que muitos serviços deixaram de ser prestados (por não possuir a quantidade de pessoal necessária) e que dessa forma muitas famílias ficaram desamparadas e sem seus direitos usufruídos, mesmo o governo tendo plena capacidade de oferecê-los, tendo autorização orçamentária para contratação de novos servidores (que no caso dos especialistas em administração foram apenas 3 nomeações).

Mesmo com folga orçamentária, demanda por atendimento e necessidade de servidores as 3 secretarias da Assistência Social (Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES), Secretaria de Justiça e Cidadania (SEJUS) e Secretaria da Mulher) desrespeitam o limite imposto pela lei de possuírem, no máximo, 50% de cargos comissionados; só na Secretaria da Mulher, esse número ultrapassa os 70%. Afinal, seus servidores estão lotados para servirem ao povo ou ao interesse de seus governantes? Segundo, há defasagem de pessoal nas três secretarias. A própria Secretaria da Mulher, em 2020, emitiu um despacho informando que, para o bom funcionamento do órgão, além de outras especialidades, são necessários 16 Administradores. Terceiro, apesar dos obstáculos impostos pela Lei Complementar 173, que restringe as nomeações à quantidade existente de vacâncias, há vacâncias e orçamento para a nomeação de, no mínimo, 80 servidores (segundo despacho oficial publicado em janeiro de 2021, seguindo o limite temporal do ano de 2011, imposto pela Secretaria de Economia).

Aliás, essa referência ao ano de 2011, sem nenhum argumento que o justifique, tem prejudicado diretamente a carreira de Assistência Social no DF, criada em 1989, quando éramos apenas 1 milhão de habitantes. Hoje, ultrapassamos os 3 milhões, e não há como negar que, desde o início da pandemia, houve um crescimento exorbitante da população em situação de

rua. Se essas vacâncias são contadas desde o início da carreira, a possibilidade de nomeações na Assistência Social passa a ser muito maior.

Como se não bastasse toda a problemática, a dificuldade em obter informações assim como a quantidade de informações desconstruídas revela a defasagem da área meio na pasta. Outros pontos preocupantes são que nas mídias sociais é divulgada a informação de que a assistência social está funcionando perfeitamente, sendo que há vários pontos que contrapõem isso como o número chocante de 60 mil usuários na fila de espera para terem suas demandas sanadas; a incapacidade das secretarias informarem quantas vacâncias possuem desde o marco temporal indicado pela Procuradoria da Fazenda Nacional que é desde 1989 quando houve a lei de criação da carreira, algo que deveria constar em um banco de dados e que retrata a falta de organização, gestão e informação das secretarias ao longo dos anos, com esses relatos fica a sensação de que a assistência social no DF está precisando urgentemente de um reforço de todos os cargos e especialidades e para comprovar a sensação os números a ratificam porque pela lei a carreira deveria possuir 5 mil servidores e hoje o número de servidores ativos não chega a 1600 o que corresponde a apenas 32% do que é realmente necessário, sem falar que a lei foi criada em uma época que a população do DF era pouco mais de 1 milhão de habitantes, hoje o número atual corresponde a 3 milhões de habitantes, o que corrobora ainda mais o preenchimento das vagas.

Nós, Administradores aprovados no concurso da SEDES, esperamos pelo reconhecimento da nossa importância no enfrentamento desta crise, podemos contribuir ativamente com a política de assistência social por meio de análises de melhorias, do desenvolvimento de projetos e pela identificação de mudanças necessárias, com a nossa técnica somos capazes de otimizar os ambientes de trabalho, as estruturas, os recursos e contribuir diretamente para que a oferta de serviços seja concretizada para quem tanto precisa. Esperamos que este Governo se importe com a qualidade da Administração Pública que ele oferece a sua população. Governador Ibaneis Rocha e secretária Mayara Noronha Rocha, nomeiem os Administradores aprovados da SEDES!!!